

# Outras visões para a observação de algumas das famílias que atuaram no Vale do Paraíba Fluminense durante o Ciclo Cafeeiro

Roberto Menezes de Moraes  
Sócio-Titular do Colégio Brasileiro de Genealogia

## Introdução

O início, apogeu e declínio da cultura cafeeira na província fluminense requereram expressiva e variada quantidade de homens e mulheres, livres e cativos, das mais diversas idades e condições, brasileiros natos ou imigrantes, que acabou por constituir, ao longo de todo este processo, uma verdadeira rede de parentesco.

Encoberto na maior parte das vezes por interesses saudosistas ancorados num vezo nobiliárquico, o relato acerca das verdadeiras origens das famílias que se consagraram como as de maior destaque durante o período áureo do café foi sempre relegado ao patamar desinteressante das introduções dos tratados genealógicos publicados ao longo dos tempos.

Dessa maneira, estas origens eram propositalmente esquecidas dos cronistas entusiasmados de suas famílias, as quais, segundo criticava acidamente Afonso Taunay, eram compostas por uma:

*“pobre gente, frouxa, ignorante, quase sempre fisicamente enfraquecida pela origem consangüínea reiterada, ininteligente, incapaz de reação, salutar pelo trabalho, que com o decorrer dos anos passaria a viver embalada pelas reminiscências dos avós e titulares, do “Vovô marquez”, do “Vovô comendador”, do “Vovô capitão-mór”. Gente esta que, entre honrosíssimas exceções, avultaria na descendência geralmente enorme destes aclamados avoengos, tão diversos da sua prole pela saúde, o vigor, a iniciativa, a ambição e a aspereza”<sup>1</sup>.*

Os outrora grandes latifúndios, com seus casarões adornados com o renque das indefectíveis palmeiras, rodeados de suas lavouras, seus amplos terreiros (quando não destruídos, muitas vezes vazios, incompletos e desnivelados), suas senzalas, cafuas, moinhos, silos, paióis, e demais dependências (muitas vezes em ruína), são hoje os únicos cenários restantes (após o deslocamento da cultura cafeeira para as terras vermelhas e mais férteis e viáveis dos interiores paulista e paranaense) do desenrolar do espetáculo de décadas e décadas de uma faina de sol a sol, em que atuou um extraordinário contingente humano, sobre o qual se debruça a história e a genealogia, chegando às mais diversas interpretações. Infelizmente, muitas destas visões antagonizam dois campos que entendem como estanques, alocando, de um lado os mais bem-sucedidos dos atores, os grandes fazendeiros, e do outro, os mais explorados, os escravos.

---

<sup>1</sup> TAUNAY, Afonso. História do café no Brasil; vol. Quinto – tomo III. Rio de Janeiro; 1939; pp.179.

Dessa maneira, ainda permanece na penumbra do conhecimento, toda a restante população intermediária dos grupos familiares provenientes do período do café que eram formados e chefiados, por exemplo, pelos artífices, negociantes, sitiante, taberneiros, jornaleiros, coveiros, sacristães, padeiros, cozinheiros, varredores, carteiros, mascates, forros, libertos, mulheres solteiras, padres, médicos, advogados, farmacêuticos, boticários, dentistas, fotógrafos, soldados, policiais e oficiais administrativos e até mesmo os desocupados e andarilhos, pois como genealogia não é absolutamente nobiliarquia, o espectro de sua cobertura teria que ser amplíssimo, e na medida em que o tempo passa, vai ficando cada vez mais distante a possibilidade do resgate histórico e genealógico dessa massa humana, pilar considerável e incontestado da população fluminense atual e por extensão parte da base do povo brasileiro. A memória que poderia existir dessa população está sendo perdida pelo descaso gerado pela indiferença humana; este dá conta tanto do desleixo que entrega o material de arquivo às traças quanto da incúria que o deixa ser furtado e, por vezes, mesmo queimado ou atirado ao lixo.

Para toda essa múltipla engrenagem humana funcionar ao longo de tanto tempo, como força centrípeta e constante, ela foi mantida, tocada e lubrificada, com um incalculável número de pessoas acorridas de todos os lugares do Império e do mundo, em busca das possibilidades do enriquecimento e sobrevivência que a cultura do café permitiria, mas que, no balanço geral, somente esteve acessível a uma restrita minoria.

O conjunto arquitetônico das fazendas, que hoje deslumbra o visitante, admirado com o fausto e o luxo proporcionado pelo café a estes poucos afortunados, os grandes fazendeiros, foi obra dos senhores proprietários, estes donos destas fazendas que ostentavam até com base na quantidade das janelas de suas fachadas e de mudas plantadas de palmeiras imperiais. Estes grandes proprietários, as “cabeças de linhas genealógicas” das prosápias que seriam escritas, formaram, por intermédio de seus casamentos, cada vez mais endogâmicos, expressivas proles. Esta memória histórica e genealógica convencionou-se chamar pomposamente de *grandes clãs do café*, ou de *nobreza rural*, a sua descendência. Estas sedes de fazendas, muitas vezes mais espaçosas que luxuosas, estão hoje, na maior parte das vezes, ocupadas por proprietários sem ligações com todo aquele passado histórico ou familiar.

Na maioria das vezes, as crônicas e lembranças das grandezas, memórias e brilhantes genealogias das famílias iniciadas pelos antigos grandes fazendeiros se limitam a elencar as gerações bafejadas pelos tempos de fastígio: começam e findam no período do apogeu, e tudo o que existe disponível já está muito lido, batido, repetido, sabido e publicado sem muita alteração, e muitas vezes com inúmeras incorreções.

O *casarão de fazenda*, que hoje resta e deslumbra como luxuosa residência o observador, nas fazendas pioneiras, na maior parte das vezes é a derradeira construção, que nada lembrava o modesto primitivo acampamento ou tosco rancho, aberto no meio da floresta nativa e bravia, onde se assentou primeiro o futuro fazendeiro, então modesto lavrador.

Assim, foram esses modestos e primitivos desbravadores, os derrubadores vanguardeiros da floresta nativa, e proprietários iniciais das sesmarias concedidas para o povoamento da região, os que depois, ou a geração que os seguiu, os que emergiram com grande sucesso e prosperidade de suas lavouras, para uma categoria social e financeira de grande visibilidade. Esta confortável situação foi o que lhes permitiu e a alguns de seus descendentes, pelo acesso à cultura, à educação, as licenças para se

pretenderem incorporar toda a mística dos ritos de uma nobreza ao estilo do velho regime, e que se adequou às camadas superiores da sociedade de um império tropical e mestiço. Como uma fina luva de pelica sobre a mão cheia de calos causados pelo uso do chicote ou da palmatória exempladora de negros, ou um *paletot* de fina casemira sobre costas calejadas e cansadas de carregar sacas e sacas de café.<sup>2</sup> Estava assim tudo dentro dos conformes dos pensamentos leigos, filosóficos, religiosos e jurídicos que ordenavam a sociedade brasileira naquela época.

Desta maneira foi que muito à vontade, esquecidos das origens humildes, e valendo-se do trabalho escravo como algo natural e plenamente aceitável, começaram a se enxergar e a permitir que fossem vistos como verdadeiros aristocratas de puríssimas linhagens, nascidos em berços livres, integrantes de uma elite escovada e com raízes no que era representado como o que de melhor tinha o Velho Mundo. Muitos já desconheciam suas próprias origens, em que despontavam avós negras e cativas.

Com esta certeza, hoje, o pesquisador genealógico<sup>3</sup> que se dedica com seriedade às origens familiares dos grandes fazendeiros, já pode ter o conhecimento que maior parte destas parentelas fluminenses do café tem as suas raízes entranhadas, quase sempre, nas classes mais humildes dos lugares de onde saíram para a serra e o vale fluminense, e mesmo quando não era assim, apesar de depois ostentarem fulgurantes brasões, se estavam incluídos em alguma situação por nascimento de melhor colocação dentro de uma determinada conjuntura familiar europeia, eram oriundos originalmente das periferias, e nunca provinham de nada além que não fosse as terceiras, quartas ou quintas linhas da pequena nobreza reinol.

Ao contrário dos latifúndios, que são estáticos, os homens andam, se espalham, ocupam espaços, vem e vão embora, aparecem e desaparecem, enriquecem e empobrecem, e, de modo geral, quem vai vencendo e sobrevivendo com algum sucesso não se mexe e continua sempre na própria terra. Este permanecer é uma forma de vencer.<sup>4</sup>

Então, estes os que venceram e permaneceram e mandaram, por algumas gerações, e se espalharam na região, e interferiram com suas personalidades, seus gestos, esforços, marcas, lembranças e atuações no cenário do café, são os que serão aqui adiante mencionados por facetas mais diversas, diferentes e curiosas do que se habituou ter em lembrança quando se falam das velhas famílias do apogeu do café fluminense.

---

<sup>2</sup> Vale aqui transcrever uma passagem da vida do barão de Nova Friburgo apresentada na dissertação de mestrado de Carlos Eduardo de Castro Leal, inédita, O Banquete de Trimalcão, comunicada oralmente ao autor por Lygia Van Erven Dodsworth Martins, proprietário da Fazenda Santa Clara, no município de Cordeiro, E. do Rio, e descendente do comendador Jacob Van Erven, administrador e depois sócio daquele titular: num jantar de gala, estando em presença dos filhos, o velho barão num dado momento chamou a atenção de seus convidados para o fato de que "aquelas costas já curvadas pelo tempo haviam carregado muita manta de carne seca". (Dissertação apresentada ao PPGAS/ Museu Nacional/UFRJ em agosto de 1995).

<sup>3</sup> Nota do autor: existem critérios diversos para a fixação dos termos de uma genealogia, que variam de acordo com o contexto cultural em que esta técnica se desenvolveu; assim, de maneira geral, em países do norte da Europa o pertencimento a uma cadeia genealógica só contempla, única e exclusivamente, a linha dita como da varonia. Os países ibéricos, em contrapartida, são mais flexíveis no que diz respeito a esta seleção. É sabido que uma provança de nobreza podia se valer de um dos quatro costados do requerente, o que seria impensável, por exemplo, em algum principado alemão, que descarta em suas descrições os descendentes das linhas femininas.

<sup>4</sup> Nota do autor: este vencer, no entanto, que só pode ser considerado vitorioso, (não certo ou errado, na visão de hoje), se lido e analisado dentro do tempo, espírito e espaço exato em que o indivíduo atuou. Como outra não é a história da humanidade, ao longo de todo seu percurso, na maior parte dos ângulos de análises escolhidos, são as dos que oprime e as dos que são oprimidos. Como oprimir tem sido o desempenho do homem ao longo de toda a história do mundo, pode-se aqui lembrar o velho dito "manda quem pode, obedece quem tem juízo", para resumir a voz de comando que ecoou na serra fluminense, e continuam da mesma maneira, resguardadas os avanços das leis sociais e mais humanitárias de hoje, funcionando o dito, com a mesma força nos dias de hoje.

## Werneck e Ribeiro de Avelar, a (des)construção de uma origem familiar

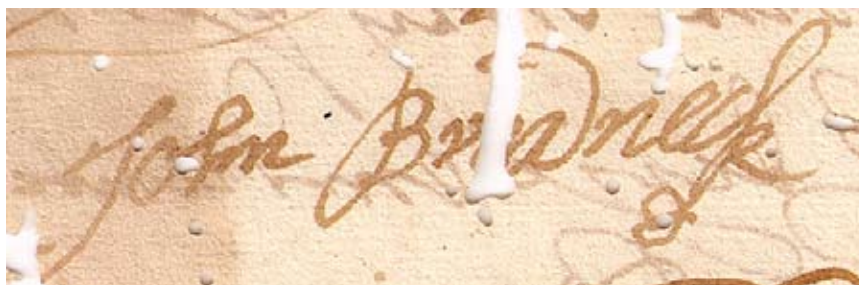
Francisco Gomes Ribeiro era natural do lugar da Albufeira, Santana da Carnota, Patriarcado de Lisboa, e se estabeleceu como comerciante no Rio de Janeiro colonial, onde morreu nonagenário, em 25 de dezembro de 1738, ostentando o cobiçado título de cavaleiro do Hábito de N. S. Jesus Cristo, tendo sido também provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Ao falecer deixou uma fortuna considerável. Como viveu nos séculos XVII e XVIII, seus traços biográficos são muito tênues, e por ter influência fundamental na história e genealogias destes dois grupos de notáveis cafeicultores fluminenses, teve também suas lembranças apagadas, porque se a revelação de sua história para os Ribeiro de Avelar era indiferente, para o *brilho genealógico* dos Werneck não o era, e por isso, quando no fim do século XIX e início do XX, uma dupla de genealogistas, o monsenhor Antônio Alves Ferreira dos Santos e André Peixoto de Lacerda Werneck, os pioneiros na busca da história da família Werneck<sup>5</sup>, eles trataram de apagar os rastros do velho capitão-mor, conforme lamentava o também genealogista Francisco Klörs Werneck: “ *Um neto do Barão, Dr. André Peixoto, andou pesquisando antes de nós, há muitos e muitos anos, e o que sucedeu é que faltam na Sé do Rio as folhas.....*”<sup>6</sup>

O mesmo genealogista Francisco K. Werneck, por sua vez, teve também acesso a um documento muito importante, não visto pela dupla pioneira, cujo original ele denomina de *fragmentos*<sup>7</sup>, mas que visto pelo autor em suas mãos, na década de 1980: era identificável como duas páginas extraídas do livro competente de óbitos da Igreja da Candelária, com o lançamento do testamento do capitão-mor Francisco Gomes Ribeiro.

Em seu livro *História e Genealogia Fluminense*, o dr. Francisco K. Werneck expõe de forma subtendida a gênese da família como constava do testamento, e que na realidade, revelava a origem ilegítima dos Werneck, pois o velho capitão-mor ali declarava que ele havia tido uma filha, “*fora do casamento, Isabel de Souza, mulher de Joan Berneque*”<sup>8</sup>.

Com esta origem, que o preconceito dos antigos diria “*por cima dos lençóis*”, a dupla de pesquisadores, conforme indicou Klörs Werneck, extraiu também dos livros de registros paroquiais, quase todas as páginas dos livros paroquiais onde se lançaram os assentos eclesiásticos das primeiras gerações de nascimentos, casamentos e óbitos dos descendentes do casal de genearcas Isabel de Souza e João Braneck.



Autógrafo de John Braneck, o "João Werneck".

<sup>5</sup> RAMOS, Belisário Vieira. Livro da família Werneck . Cia. Carioca de Artes Gráficas; Rio de Janeiro; 1941 ; pp

<sup>6</sup> WERNECK, Francisco Klörs. Carta ao autor; Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1976. Arquivo do Autor.

<sup>7</sup> WERNECK, Francisco Klörs. História e Genealogia Fluminense. Ed. do Autor; Rio de Janeiro; 1947; pp. 29.

<sup>8</sup> Leitura do autor feita do original, hoje desaparecido, mas então nas mãos do dr. Francisco Klörs Werneck, cerca de 1984.

E quem era o John Braneck? Até hoje não se conseguiu estabelecer sua origem real, mas é certo ele não ser de origem nem alemã nem holandesa, e muito menos portuguesa, pois, ao chegar ao Rio de Janeiro, se hospedou no Mosteiro de São Bento, necessitando de um intérprete, pois não falava ou entendia a língua da terra.<sup>9</sup>Ao discorrer sobre a legitimidade do nome Werneck, e da origem da família, o dr. Francisco K. Werneck inicia sua tese exposta na **Origem da Família Werneck**<sup>10</sup>, com a afirmação: “Ao ouvir, mais de uma vez, da boca de um genuíno Werneck, que o sobrenome de nossa família não é legítimo, não pude deixar de sorrir”. Assim, ele foi desenvolvendo a tese da origem da família, do nome e de suas transformações históricas e ortográficas, a partir de pesquisas e recolhas documentais adaptadas à verdade histórica desde que fosse a origem começada em Viana do Castelo...

Em Portugal e no Brasil (Bahia e Paraná) existiam, no século XVIII, membros de uma conhecida família Werneck, de originários de Viana do Castelo, descendentes de um comerciante holandês, Gaspar Werneck. Descendente deste foi o padre Manoel de Andrade Werneck, nascido na Bahia e falecido no Rio de Janeiro, onde foi o reitor do Seminário São José, durante o período que lá estudou o Ignácio de Souza (*Berneque*), neto materno do referido e sem dúvida alguma John Braneck. E esta seria a única ligação conhecida entre a família Werneck de Portugal e a do Brasil.<sup>11</sup>De correto e provado, o que se tem sobre a ascendência do vulto considerado o tronco da família é que o Ignácio de Souza, (Braneck por linha materna), era legítimo representante por varonia de seu avô paterno, Lourenço de Matos, morador na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Ilha do Pico, Açores.<sup>12</sup>

Outro neto do barão do Paty de Alferes, André Peixoto de Lacerda Werneck, foi quem reuniu uma grande documentação dos arquivos das fazendas e dos parentes Werneck, mas nunca chegou a publicar nada mais denso a respeito do que uns cartões postais fotográficos, que apresentavam esgalhados um esquema genealógico emaranhado e fundamentado nos dados que achava mais conveniente da idealização da sua família. O prometido artigo que escreveria (o original acompanhando dos documentos que possuía de suas extrações de arquivos eclesiásticos) estava numa gráfica no aguardo de ser editado, quando houve um grande incêndio e tudo se perdeu. A parte restante deste insucesso é ainda rica documentação que se encontra no Arquivo Nacional, numa coleção batizada com seu nome.

Decerto ele não teve grande dificuldade de reunir os elementos necessários, e subtrair outros, que considerou desinteressantes, ou não interessantes de divulgação, já que era cordial amigo de pesquisas do monsenhor Antônio Alves dos Santos, chefe do Arquivo Eclesiástico do Rio de Janeiro, e que também era animado cultor genealógico. Dessa maneira, pode André Werneck ajeitar a genealogia ao seu modelo de família, conforme sua idealização expressa no seguinte texto de sua autoria:

*“Não há prostituição clandestina ou não, na origem legítima (grifo nosso) da família, não há loucos, ébrios, aleijados ou degenerados de outras espécies”<sup>13</sup>.*

---

<sup>9</sup> Nota do Autor: John Braneck seria provavelmente um cidadão do País de Gales, católico, que teria chegado ao Brasil, imediatamente após ser notícia na Europa da descoberta do Ouro em Minas Gerais. Poderia ter vindo via Lisboa acompanhando outros fugidos das guerras religiosas na Grã Bretanha. Braneck seria a corruptela portuguesa ou uma derivação do gentílico Branagh, que significa o natural do País de Gales. Informação do genealogista Nelson Pamplona.

<sup>10</sup> WERNECK, Francisco Klörs. História e Genealogia Fluminense; Ed. do Autor; Rio de Janeiro; 1947; pp5.

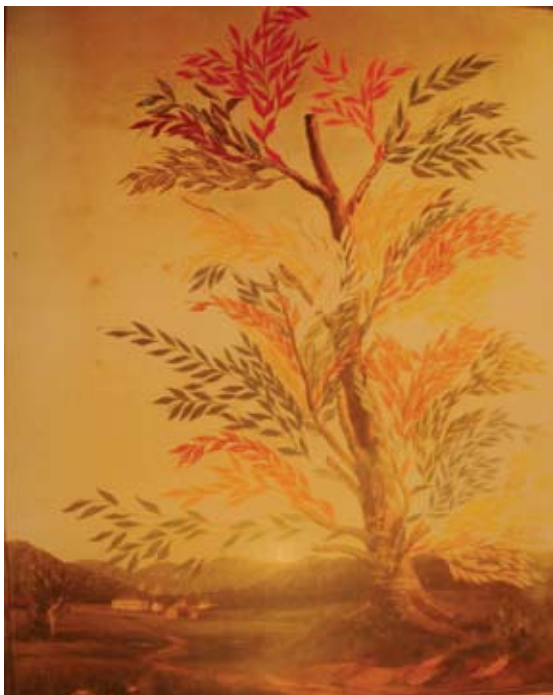
<sup>11</sup> Nota do Autor: curiosamente, gerações depois, quando o dinheiro do café deu acesso à cultura e visibilidade a integrantes da família Werneck fluminense, esteve no Brasil, servindo como diplomata de Portugal, o dr. João Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar, integrante de renome dos Werneck de Viana do Castelo, proprietário da casa nobre onde se guardavam os papéis daquela família portuguesa, e independente deles nessa papelada não acharem os elementos que uniam os dois ramos do Brasil e Portugal, o ilustre diplomata lusitano frequentou, conforme correspondência em poder do autor, com este informe, a casa de Botafogo do dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida, médico nomeado e político, neto materno do barão do Paty do Alferes, com o tratamento de parentes.

<sup>12</sup> MENDES, Antônio Ornellas Mendes & FORJAZ, Jorge. Famílias das Quatro Ilhas. Dislivro Histórica; Lisboa; 2009

<sup>13</sup> WERNECK, André in SILVA, Eduardo. Barões e Escravidão; Ed. Nova Fronteira; Rio de Janeiro; INL; Brasília; 1984; pp.133.

Esta idealização romântica de uma família perfeita, como o modelo acima, iria ainda, durante a segunda metade do século XIX, resultar na fatura de uma artística e invejável pintura de uma estilizada árvore genealógica, muito de acordo para sintetizar e representar um grande clã de aristocratas do café fluminense. A este respeito nos informa Belizário Vieira Ramos, que:

*no ano de 1879, mais ou menos, depois de instalada a fazenda do Guaritá, em 1875, estava Pedro de Moraes pintando prédios nas fazendas vizinhas, quando parentes da redondeza, Juca de Souza, da fazenda da Piedade, auxiliado pelo Barão e Visconde Ipiabas e barão de Potengi, além de outros, que conheciam toda a família, ainda pequena nessa época, deram as notas ao pintor, sendo assim construída a árvore da família Werneck, que agora serviu de guia a este trabalho.<sup>14</sup>*



**Árvore da Família Werneck.** Pintura de Georg Grimm, aproveitando o desenho original feito por Pedro Pinheiro de Moraes, executada em 1879 na Guaritá, Rio das Flores-RJ.

A figura principal desta árvore é o padre Ignácio de Souza Werneck, que recordamos ser o neto paterno do Lourenço de Mattos, da Ilha do Pico, e materno do já referido John Braneck, e que foi aluno do Seminário São José, durante o reitorado do padre Manoel de Andrade Werneck. Na sua já muito conhecida biografia, tem o relato que nesse seu tempo de seminário, ele ficava nos períodos de suas saídas semanais, hospedado em casa do correspondente comercial de seu pai. Fácil foi se apaixonar por uma das filhas do seu anfitrião, com quem casou e foi morar na serra fluminense, onde desempenhou a sua carreira de militar e foi grande fazendeiro. Teve uma extensa e numerosa família.

Dentre duas de suas várias filhas, uma, Ana Matilde Vernek, casou-se com o açoriano da ilha do Faial, Francisco Peixoto de Lacerda, e teve um filho único, que foi posteriormente o 2º barão do Paty do Alferes, figura emblemática da história da cafeicultura fluminense.

---

<sup>14</sup> RAMOS, Belizário Vieira. Livro da família Werneck; pp. 12.



Francisco Peixoto de Lacerda Vernek, o 2º barão do Paty do Alferes, foi homem muito cioso das prerrogativas que lhe advinham pelas origens de sua família faialense paterna. E seu neto André Werneck, quando escreveu sobre a família de seu avô, com orgulho frisava *“pertencia às melhores famílias das ilhas”*. E o barão na vila do Paty do Alferes, ocupava posição de destaque, ao ponto que quando o imperador D. Pedro II, no ano de 1859, apareceu de surpresa uma manhã na praça do povoado, vindo a cavalo de Petrópolis, com numerosa comitiva, registraram os cronistas que foi ele que saiu ao encontro do imperador e *“solicitou do soberano a graça de lhe conceder a honra de jantar na sua fazenda, convite este que foi aceito por Dom Pedro, que após lauta refeição, prometeu voltar ao povoado a fim de retribuir aos seus gentis habitantes as demonstrações de afeto que acabara de receber”*<sup>15</sup>.

O aceite deste honroso convite, no entanto, proporcionou à baronesa do Paty um dos grandes sustos que jamais tomou outra dona de casa brasileira no século XIX, pois guarda a tradição familiar, que estava ela tranquilamente debaixo de um grande telheiro nos fundos da casa-grande, supervisionando suas negras dando ponto em tachadas de goiabadas cascão, quando o marido surgiu avisando que o monarca mais sua não pequena comitiva, e mais o vigário, e mais parentes, e mais gente do povoado que foi acompanhando o cortejo, estavam na fazenda para o repasto. Neste dia se conservou também na tradição da família, que acabou o galinheiro da fazenda...<sup>16</sup>

Este almoço e outras gentilezas feitas ao Império e ao monarca proporcionaram, ao longo da vida, ao barão ir galgando degraus na escala da nobreza. Para uma destas passagens de grau de nobreza, ele precisou atestar que origem tinha sua família paterna na Ilha do Faial, solicitou, então, a um velho oficial açoriano, que residia na vila de Iguaçú, o coronel Francisco Antonio Dutra, que teria conhecido seu avô e familiares, que lhe desse o atestado, o que foi feito muito de acordo a necessidade. Repare no fato que só foi informado o que interessava; os nomes dos parentes que eram do governo da ilha e que eram herdeiros de morgadios, deixando de fora os seus primos mais próximos, o fidalgo de cota de armas, Vicente Antônio da Silveira Peixoto, quem um cronista da Ilha do Faial registrou que *“entregou-se a hum deboche tal, que andava sem vergonha, continuamente embriagado, caindo pelas ruas desta vila, hoje cidade, e no próprio saguão de sua casa, donde era levado, todo coberto de terra, em um estado imundo; sendo muitas vezes visto deitado no saguão em circunstancias de pouca decência, mas que ele não sentia pelo estado de embriaguez que existia, o que o tornou incapaz de administrar a sua casa”*. Da mesma forma, o filho deste infeliz, Francisco Manoel Gutierrez, sargento-mor das Ordenanças do faial, que *“escarnecia seu pai, dirigindo-lhe os maiores impropérios, quando via naquele deplorável estado; e não só na ausência, mas também na presença, muito o maltratava de palavras, faltando inteiramente ao respeito ao autor d'e seus dias, menoscabando-o em público, e em particular, com manifesta infração das Leis Divinas e humanas; sendo pública e particularmente estranhado este repreensível comportamento de um filho, que devia ser o primeiro a procurar encobrir as faltas de seu pai. Quis a Providência, que este filho pagasse o que fez a seu Pai, diante dos mesmos na presença dos quais o insultara. Desde o ano de 1828, se entregou Francisco Manoel a igual ou maior deboche daquele que censurara a seu Pai, apresentando-se nas ruas perdido de bêbado, encostado às paredes das casas, e isso continuamente, sem pejo, nem vergonha, passando ao excesso de maltratar sua mulher e filhas, ao ponto de se retirarem da sua companhia...”*<sup>17</sup>

<sup>15</sup> RAPOSO, Ignácio. História de Vassouras; 1935; Vassouras; Fundação 1º de Maio; pp.152.

<sup>16</sup> PERALTA, Yvonne Werneck. Depoimento Pessoal ao autor; Miguel Pereira, RJ; 1979

<sup>17</sup> MENDES, Antônio Ornelas & FORJAZ, Jorge. Genealogias da Ilha Terceira; vol. IX; pp. 653; Dislivro Histórica; (Lisboa); 2007.

Para complemento e apanágio de sua nobreza, o barão do Paty do Alferes, tirou na Secretária do Império, o seu direito ao uso do Brasão de Armas. Com a opção de usar armas antigas de família. Pelas leis da heráldica, foi lhe outorgado pelo Principal Rei de Armas, um brasão esquartelado (dividido em quatro partes), formando campos, um para as armas das famílias de cada um dos quatro avós. Ele teve, no entanto, que usar repetidas as armas advindas pelo seu avô paterno, o escrivão de Mesa Grande da Alfândega da Ilha do Faial, o capitão André Francisco Peixoto de Lacerda, porque a mulher deste, sua avó D. Gertrudes Mariana, era filha de pais incógnitos. E pela família de sua mãe D. Ana Matilde, os seus avós maternos, Werneck e Monteiro, careciam de qualquer nobreza que lhe permitissem usar armas antigas de famílias.

Dessa maneira, sendo filho de uma senhora que era filha de pais incógnitos, foi normal que o sargento-mor Francisco Peixoto de Lacerda, tivesse no ano de 1813, com outra das filhas do futuro padre Ignácio de Souza Vernek, sua cunhada solteira, D. Francisca Laureana das Chagas, um filho natural, que foi o comendador Felício Augusto de Lacerda.

O comendador Felício e sua numerosa geração, como exemplo típico de como as genealogias eram podadas, ou feitas para ficarem ao gosto dos salões, não constaram da artística pintura da árvore de 1879, nem do livro da família publicado em 1942. A justificativa do autor, ele também um Werneck, vai aqui transcrita como prova de como era a filosofia maniqueísta e o preconceito que dominou a maneira de se fazer genealogia das grandes famílias fluminense do Vale do Paraíba, em especial no caso, a dos descendentes da D. Isabel de Souza, a filha natural do capitão-mor Francisco Gomes Ribeiro: *“Alem destes ramos, há no Rio e no interior, outras famílias – Lacerda Werneck –, oriundas do Comendador Felício Augusto de Lacerda. Mas, Felício não figurou na árvore de 1879 e nós somos obedientes a orientação daquela árvore. Além disso, o próprio Felício não adotou o sobrenome – Werneck. Consideramos, então como família estranha a nossa”*<sup>18</sup>.

Este costume de estranhar o próprio *sangue*, a partir de qualquer critério, pode-se dizer que nesse grande clã de cafeicultores, era um costume iniciado ou aprendido no Brasil, com o acima referido capitão Francisco Gomes Ribeiro. Como visto, a família Werneck procede inteiramente de uma filha natural que teve, com um cidadão que se assinava John Branek e não falava português, e que o capitão-mor incluiu, por livre vontade no seu testamento. Mas de acordo ainda com o mesmo testamento, o capitão-mor Gomes Ribeiro só teve filhas, inclusive do seu legítimo matrimônio. Uma destas filhas, Inácia, ele resolveu deserdar, excluir, porque *“foi casada com Fulano de Lucena, cristão novo, contra meu gosto”*<sup>19</sup>. Dessa maneira, pode-se dizer, ele é dos mais antigos dos que vão adaptando a genealogia a seus gostos, necessidades e convicções pessoais.

Não tendo filhos e sendo próspero negociante, Gomes Ribeiro trouxe de Portugal, alguns dos sobrinhos homens que teriam condições de ajudá-lo nos seus negócios e aprender dos seus hábitos familiares. Pois três de seus sobrinhos; Manoel, Marcos e Francisco Gomes Ribeiro Sobrinho, que para o Brasil vieram, foram sócios e donos da grande sesmaria do Pau Grande, que foi originalmente propriedade do tio capitão-mor, e eles, embora religiosos ordenados, não se esquivaram de além de se envolverem no contrabando do ouro, de deixarem proles numerosas reconhecidas, havidas com as escravas, mas que com o passar do tempo, acabaram esquecidas e nunca referidas nas genealogias da família.

---

<sup>18</sup> RAMOS, Belizário Vieira. Livro da família Werneck.; pp. 8.)

<sup>19</sup> WERNECK, Francisco Klórs. História e genealogia fluminense; pp. 29.

<sup>20</sup> MORAES, Roberto Menezes de. Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande; Paty do Alferes; 1994; pp. 10.



Na geração seguinte, dos sobrinhos netos do capitão Francisco Gomes Ribeiro, estavam os irmãos Antônio Ribeiro de Avelar e José Rodrigues da Cruz, também trazidos de Portugal, para ajudar nos interesses dos parentes estabelecidos no Brasil. Cruz e Avelar é que foram os sócios da Fazenda do Pau Grande, um dos pioneiros e mais próspero dos latifúndios da região de Paty do Alferes.<sup>20</sup>

Antônio Ribeiro de Avelar casou com uma moça carioca, da freguesia de Santa Rita. Na freguesia vizinha, de Nossa Senhora da Candelária, batizou um filho natural reconhecido, Cláudio José Ribeiro de Avelar. Este, apesar de ilegítimo, deve ter sido muito estimado, pois sua meia-irmã paterna, Dona Joaquina Matilde da Conceição, depois da morte do irmão, além de denominar uma filha Cláudia, repetiu o seu nome, de Cláudio, num dos filhos que teve do seu casamento com seu primo Luiz Gomes Ribeiro.<sup>21</sup>

Pois este sobrinho que se chamou Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, o barão do Guaribú e guarda-roupa honorário do imperador, que viveu sempre solteiro, quando fez seu testamento <sup>22</sup>, *“doente de cama, porém em meu perfeito juízo”*, afirma que *“vivi no estado de solteiro e por isso não tenho filhos legítimos, assim também não os tenho naturais”*. Condição que não o impediu de deixar vultosa herança para Manoel Gomes Ribeiro de Avelar, *“estudante, filho da negra Maria das Antas, e seus dois irmãos Luis e João, nascidos todos de ventre livre”*, as suas fazendas das Antas e Boa União, com todas as suas benfeitorias terras e escravos que nelas existiam. Deixou ainda aos três irmãos, 120 escravos da Fazenda do Guaribú. E também um legado a Virginia, filha da mesma Maria e irmã dos legatários: a quantia de 30 contos de réis. Deixou ainda *“ao Manoel Gomes Ribeiro de Avelar, estudante e irmão de Virginia, Luis e João, toda a prata e mobília que se acham na casa do Guaribú”*.

Infelizmente, estes legados não foram satisfeitos pelo seu testamenteiro e inventariante designado, o barão da Paraíba, o próprio irmão do barão do Guaribú, e tio dos legatários, pois a tradição da velha gente patense guardou a informação que os *“Avelares Escuros, filhos do Barão do Guaribú, foram espoliados pelo Velho Paraíba”*.<sup>23</sup>

O que decerto é pura verdade, pois com os seus legítimos sobrinhos e sobrinhos netos, não os filhos de nenhuma cativa Maria das Antas, mas os netos e herdeiros legítimos da finada sua mãe, D. Joaquina Matilde de Assumpção, que tiveram que recorrer à justiça a respeito dos direitos de uma sobrepartilha de bens da matriarca da família, cujo inventário não tinha sido concluído pelo falecido ex-inventariante, seu filho, o falecido barão do Guaribú e que o barão da Paraíba, herdeiro e testamenteiro do ex-inventariante, por estar protelando a solução, fosse pelo juiz de órfãos de Vassouras, intimado a concluir o inventário e dar o pagamento aos herdeiros. Embora o barão da Paraíba tivesse assinado o respectivo termo em abril de 1872, o advogado dos herdeiros, João Ribeiro dos Santos Zamith, também um Avelar, informa, em 1874, que o dito barão da Paraíba, seu tio avô, vinha fazendo seguir o processo com lentidão tal, que promete retardar indefinidamente a satisfação dos direitos dos diversos herdeiros, entre *“os quais há órfãos e alguns estão reduzidos à extrema pobreza, dos quais o muito ou pouco que for liquidado neste processo virá prestar um grande auxílio e evitar por ventura que aconteça o mesmo que o infeliz herdeiro Manoel Gomes Ribeiro Leitão que buscou no suicídio solução aos seus embaraços financeiros, poupando-se a dor de ver poucos anos depois sua mulher, D. Cláudia de Avelar Leitão, sofrer seus últimos momentos de vida, as estranhas amarguras que pode trazer ao coração de mãe e irmã a certeza que*

---

<sup>21</sup> Nota do Autor: Luis Gomes Ribeiro foi também um dos sobrinhos, da 3ª geração, trazidos de Portugal, e foi o que administrou o latifúndio na época da construção da atual casa da Fazenda do Pau Grande.

<sup>22</sup> Cartório do 1º Ofício de Vassouras – Testamento do barão de Guaribú;

<sup>23</sup> BERNARDES, Dulce Pinheiro, em depoimento pessoal ao autor; Paty do Alferes; em 25.2.1978.

<sup>24</sup> CARTÓRIO do 1º Ofício de Vassouras; Processo de Sobrepartilha dos Bens de D. Joaquina Mathilde de Assumpção. 1873.

seus filhos, além de órfãos, ficaram reduzidos quase à mendicância em consequência da perseguição injusta que moviam a seu casal pretensiosos credores tão poderosos quanto mesquinhos e miseráveis as sagradas obrigações que a natureza impõe ao próximo parentesco. Para evitar por ventura que lhes aconteça o mesmo que aconteceu aos não menos infelizes casal de João Barbosa dos Santos que viveu seus últimos anos na vida dissabores e vexames, sendo entretanto três vezes interessado no espólio por sua mulher, por si como herdeiro e como ex-pupilo que recebeu cotas dos rendimentos de seus bens durante o tempo de sua menoridade, vexames e dissabores que talvez tivessem sido poupados se as terras e mais bens a que tinha direito lhe houvessem sido restituídos oportunamente...”.<sup>24</sup>



Dois netos herdeiros da Dona Joaquina Mathilde de Assunção.  
Foto de Ribeiro de Avellar.

O barão da Paraíba ficou ciente, em sua Fazenda da Boa Vista, à 1 hora da tarde do dia 21 de maio de 1874”, e seu advogado o dr. Manoel Simões de Souza Pinto replicou nos autos do processo, que a queixa “*não foi inspirada nos preceitos da Justiça, na reverência da idade e vida sem mancha, nem no respeito devido a um parente em grau de superioridade, tio-avô que qualquer pessoa indiferentemente respeita*”. Mas sem dúvida que se não fosse o teor da reclamação, não existiria hoje, um documento tão real das agruras enfrentadas pelos integrantes das periferias de uma das mais conhecidas e considerada opulenta família da região de Paty do Alferes.

E a situação geral que nunca foi fácil para os menos favorecidos da sorte, por fim, como é muito bem sabido historicamente, já se avistava complicada para os próprios grandes fazendeiros, e o mesmo, já não mais barão, mas agora visconde da Paraíba, um Grande do Império, que hospedara por dias o imperador em sua fazenda, ao fazer seu testamento<sup>25</sup> na Fazenda da Boa Vista, em 13 de junho de 1876, desiludido da agricultura e da vida, pedia a seu testamenteiro, “*um enterro simples, com o corpo vestido de preto sem insígnias e condecorações alguma; o caixão será coberto com baeta preta tendo em cima uma cruz feita de cadarço branco*” e que “*não quero que se façam convites para o meu enterro nem para missas de 7º e 30º dia, que devem ser celebradas na minha Fazenda da Boa Vista*”, e depois de distribuir os seus bens entre os filhos e netos, findou seu testamento advertindo os seus parentes que “*não deixo mais legados porque amo muito a meus filhos e vejo que seu futuro como lavradores é medonho*”.

## A origem miúda dos breves graúdos

Outro aspecto, entre vários, mas muito curioso a ser levado em conta nos estudos genealógicos das famílias dos ricos fazendeiros de café do Vale do Paraíba é que a fartura do café permitiu que a “fazendeirada, gente boa e simples” fosse o alvo de “*uma nuvem de charlatães, inculcando-se médicos ingleses e cirurgiões alemães, dentistas gregos e cabeleireiros franceses, professores de música e políglotas, artistas e modistas...*”<sup>26</sup> e certamente vigaristas especializados em genealogia, que com alguma habilidade podem instigar psicologicamente para obtenção do lucro fácil o orgulho de determinadas pessoas ou famílias, a partir do bom manejo do que, na Itália, é conhecido como “*conto*”

<sup>25</sup> Arquivo Histórico do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; (Comarca da Paraíba do Sul) Testamento do Visconde da Paraíba. 1876.

<sup>26</sup> TAUNAY, Afonso. História do café no Brasil;

do vigário genealógico”.<sup>27</sup>

Carlos Lacerda, que tinha suas origens familiares ligadas aos agricultores fluminenses, relatou: “*ouvi contar muitas vezes que, depois de melhorar de vida, meu bisavô Lacerda encomendou a certo genealogista que apareceu em Vassouras (grifo nosso) a pesquisa que este se propôs sobre a origem de sua família. Como nessas horas ninguém conta direito, é tudo no mais ou menos, contavam na casa de meu Avô que o homem chegado de Lisboa disse, a certa altura, ter remontado ao ponto em que os Lacerda provinham de um príncipe espanhol, filho bastardo de um rei. E pedia mais dinheiro para prosseguir. ‘Não’ teria dito o bisavô João Augusto, ‘por este preço já me basta ser descendente de filho da puta!’*”.<sup>28</sup>

Certamente, foi no contexto acima, que um outro destes genealogistas vigaristas foi oferecer, sem sucesso pecuniário, seus serviços ao grande fazendeiro Joaquim José de Souza Breves, pois na família se lembravam da “*surra que tio Joaca tinha mandado dar no sujeito que insistia em dizer que ele era descendente de Pepino, o Breve*”.<sup>29</sup>

Esta genealogia fabricada que o valente “tio Joaca”, alcunhado de *rei do café*, não engoliu, certamente foi a mesma publicada numa prancha desdobrável, encartada no Anuário do Instituto Genealógico Brasileiro, nº5, de maneira que um outro genealogista pode apresentar os dados expandidos e mais destacados ao tratar da *Origem dos Breves*, onde discorre sobre **A Senhoria de Breves**, ou **Como Era o Castelo de Breves**, e ainda **Senhores de Breves** para complementar com a afirmação que:

“*o ramo brasileiro da família Breves tem sua origem na França. Provém de François Joseph Chevalier de Breves, filho de Camille Savary e Helena Bartnoly, filha do Conde de Saint Bonet. Camille Savary era filho de Camille e Catherine du Plessis. Deste ramo proveio Manoel Breves c.c. Maria de São José (Souza), natural do Bispado de Angra, na ilha de São Jorge, nos Açores*”.<sup>30</sup>

Pesquisas documentais recentes, na documentação eclesiástica da freguesia da Calheta na Ilha de São Jorge, nos Açores, levantada e publicada atualmente por genealogistas e historiadores açorianos, apresentam, no entanto, uma origem inteiramente diferente para essa família de indiscutível projeção histórica, pela riqueza e prosperidade no plantio do café e tráfico e comércio de escravos na velha **província** fluminense. Com efeito, o primeiro deles que chegou à região de onde esteve a hoje submersa e desaparecida cidade de São João Marcos foi o patriarca Antônio de Souza, que adotou por alcunha



José de Souza Breves com vestes típicas dos Açores.



Óleo sobre tela de Capitão-mor José de Souza Breves, com a farda da Guarda Nacional.

<sup>27</sup> NAVA, Pedro. Baú de Ossos; Ed. José Olympio; RJ; 2ª edição; 1973; pp.19.

<sup>28</sup> LACERDA, Carlos. A casa do meu avô; Fotografias de Sebastião Lacerda; Ed. Nova Fronteira; Rio de Janeiro; 1976; pp.157.

<sup>29</sup> BREVES, Armando Mores Breves. O Reino da Marambaia; Gráfica Olímpica Editora Ltda; Rio; 1966; pp 149.

<sup>30</sup> BREVES padre Reynato; A Saga dos Breves: Sua Família, Genealogia, História e Tradições; Editora Valença S.A.; Valença; (1994); pp.

familiar o **Breves**, e que ficou conhecido no Brasil por Antônio Cachoeira. Ele é o tronco dos dois ramos que, posteriormente, de forma curiosa se denominavam e separavam pela riqueza, com os epítetos de Graúdos e Miúdos, mas que, pela realidade da origem insulana, seriam simplesmente, na ótica deles próprios, todos miúdos, descendentes do filho de Maria de Oliveira, mulher solteira, moradora no primeiro quartel do século XVIII na referida freguesia da Calheta, e de pai incógnito.<sup>31</sup>

## Os descendentes nobilitados das Ilhas Mineiras e seus reflexos na memória das famílias dos fazendeiros do Vale do Paraíba Fluminense quanto ao temor das revoltas escravas

O conhecimento correto de uma genealogia é da maior importância e seriedade, pois é por ela que se guardam e descobrem os informes de parentescos, para a aplicação das leis das heranças e sucessões. O conceito jurídico de família explica que *“modernamente família significa o complexo de pessoas que descendem de um tronco ancestral comum tanto quanto essa ascendência se conserva na memória dos descendentes. Corresponde nesta acepção o primitivo gene dos romanos, o gene dos gregos, etc...”*<sup>32</sup> Essa é a importância da remota ancestralidade, a preservação e prolongamento dos parentescos pelos antepassados comuns a pessoas de sobrenomes diferentes ou não. Assim, por ignorância ao correto conceito de família, o vulgo considera, erroneamente, determinados grupos familiares somente pelos sobrenomes ou apelidos, principalmente se são estrangeirados ou compostos. Assim, as famílias dos titulares do império, são por vezes citadas e avaliadas como *“a maior”*, ou *“a que mais deu nobres”*, por esse ou aquele apelido, a partir de uma primária observação de um sobrenome comum.

Fica então uma afirmação perigosa, considerar esta ou aquela família, como as que mais titulares teve com base somente no apelido. Existiram, no entanto, determinados casais, que tiveram entre os filhos e netos números expressivos de titulares, sendo fácil ver, por mero exercício de curiosidade, qual foi a maior quantidade de irmãos nobilitados. Para se chegar à família com mais número de integrantes titulados, primeiramente, tem que se dar o devido valor aos grandes levantamentos genealógicos, os que retrocedem aos antepassados de muitas gerações, e assim reúnem um número muito maior de descendentes.<sup>33</sup> Mas estas afirmações de *“a que teve mais...”*, ou *“a maior...”* geralmente não acrescentam nada além do aspecto da curiosidade na ótica de um informe irreal e simplista, se observado e analisado dentro do período do ciclo do café do século XIX, no caso das famílias fluminenses de cafeicultores agraciados com distinções honoríficas. Porque, considerados assim hoje através da genealogia e da história, mesmo que sejam legítimos parentes, isso absolutamente não testifica se os referidos personagens tivessem na ocasião o conhecimento claro dessa condição de parentes.<sup>34</sup>

<sup>31</sup> MENDES, Antônio Ornellas & FORJAZ, Jorge. Famílias das Quatro Ilhas (tit. Breves); Dislivro Histórica; Lisboa, 2009.

<sup>32</sup> PONTES DE MIRANDA. Direito de Família. pp.2.

<sup>33</sup> N.A.- Um bom exemplo é a família Leme, de São Paulo, que provavelmente reúne uma das maiores quantidades de titulares paulistas, mineiros e fluminenses e também de políticos e até Ex-presidentes da República Brasileira, publicada por LEME, Luis Gonzaga da Silva – Genealogia Paulistana – Duprat & Comp.; São Paulo; 1904; vol. 2; pp.179.

<sup>34</sup> N.A. - Um exemplo dessa afirmativa é família Werneck, muito conhecida, e tida sempre como exemplo por sua quantidade de titulares, se considerado como ancestral comum deles, o Padre Ignácio de Souza Werneck, os seus descendentes surgem como uma parentela que teve certo número de titulares brasileiros e portugueses ao longo de todo século XIX, mas eram em boa parte, primos distantes, e que foram sendo titulados ao longo de um grande espaço de tempo, tanto que, quando um era titulado o outro já tinha morrido, e como boa parte destes, foi titulada no fim do Império, fica esgarçada qualquer afirmativa de que eles tivessem alguma vez, como família, naquela época, uma visão de pertença a um conjunto familiar que tivesse o peso político e social de um bloco coeso de barões ou nobres.

Houve alguns que nem se conheceram, pois viveram em épocas distintas, e a que foi mais tempo titulada, pelo casamento com seu primo o Barão de Ipiabas, que foi agraciado nos últimos tempos do Império em a mulher viveu até a II Guerra Mundial.

Outros grupos de parentes teriam ainda as opiniões políticas, as rixas familiares, os despeitos e as antipatias pessoais, como forma de invalidar definitivamente qualquer idéia de coesão num grande bloco familiar. Detestavam-se os Barões de Capivari e Guaribú,tio e sobrinho, desavindos por ambição e disputas por limites de terras que passavam por uma prosaica touceira de bananeiras.



O homem do mundo moderno, com algumas raríssimas exceções, vai gradativamente perdendo a memória da ancestralidade, o que não ocorria tão acentuado em gerações passadas, quando a memória oral e as tradições familiares, eram fatores decisivos para a manutenção dos vínculos dos parentescos entre os fazendeiros, de forma não somente serem quando necessários, uma força mútua de proteção e reforço de laços políticos, mas para os fatos até da vida cotidiana, como as viagens e deslocamentos, quando só dispunham de hospedagem e abrigo em outras fazendas, geralmente de parentes e amigos, que de uma forma habitual, para os integrantes destas parentelas, os padres e os médicos, tinham reservadas as alcovas dentro das casas principais das fazendas, enquanto aos forasteiros, mascates e viandantes comuns eram destinados os dormitórios externos, de maneira que era de suma importância que estes laços fossem sabidos e reforçados pela amizade e o compadrio entre parentes, resultando que dessa forma eles mantiveram eficazes e úteis, até as primeiras décadas do século XX, as noções de longínquos e emaranhados parentescos.

Uma notável parentela brasileira, conhecida hoje com detalhes pelas genealogias publicadas <sup>35</sup>, foi a que abrangeu fazendeiros e grandes proprietários nas províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, originados das lendárias *Três Ilhoas*, anônimas mulheres em sua pátria de origem, viúva e filhas de um modesto cidadão apelidado “o *Burgão*”, que partiram da Ilha do Faial, nos Açores, no primeiro quartel do século XVIII, para a região sul da capitania das Minas Gerais, e que ali tiveram dentre as cinco ou seis primeiras gerações de seus descendentes (o que permite fácil, ainda mais naquela época, uma efetiva lembrança da ancestralidade comum) uma expressiva quantidade de personagens que ascenderam ao patamar de visibilidade social pelo sucesso na mineração, no comércio, nas lavouras que proporcionou a muitos deles, fortuna e titulação nobiliárquica.

Curioso mencionar que, dentre os fatores da emigração forçada de açorianos, a exiguidade de terras para cultivo nas ilhas superpovoadas, é um dos pontos mais considerados, e que no Brasil encontraram tal prosperidade, que só dois dos numerosos netos destas senhoras, poucos anos depois delas aqui chegadas, já eram proprietários em Minas Gerais, cada um deles, de latifúndios que sobrepujavam em tamanho a própria área territorial da diminuta Ilha do Faial, de onde elas saíram em busca de melhores perspectivas de vida.



**Óleo sobre tela de Domingos Custódio Guimarães, Visconde do Rio Preto.**



**Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo.**

<sup>35</sup> GUIMARÃES, José. *As Três Ilhoas (Obra Póstuma)*; s/local; s/ed.; (3 volumes em 4 tomos ) 1990/1998

A rede familiar que delas se originou, estavam também incluídos titulares da região do café fluminense, como o marquês de Valença, o visconde e a condessa do Rio Novo, os barões de Entre Rios, o barão de Três Ilhas, o barão de Santa Helena, o barão de São José Del Rei e o visconde do Rio Preto, Domingos Cústodio Guimarães, considerado um dos maiores fazendeiros da região valenciana, perfazendo esta relação completa, um total aproximado de quarenta e um barões viscondes, condes e marqueses, espalhados por um território, cujo centro irradiador da dispersão deles foi a região sul mineira, e ao longo do século XIX, as fronteiras que eles foram esticando, a partir do século XVIII, com suas lavouras, não foram delimitadas pela geografia política das províncias, mas sim pela posse de extensões de terras estarem em mãos de familiares, não importando serem nas áreas paulistas, mineiras ou fluminenses, pois, ao longo do tempo, foram se afazendendo neste vasto território, dentre as centenas de parentes, os lavradores que, posteriormente, foram agraciados com os títulos de barão de Avelar Resende, Bertioga, Ponte Nova, Retiro, Juiz de Fora, Dores do Guaxupé, Rio Pardo, Mogi-Guaçu, Leopoldina, Iporanga, Lorena, Geraldo de Resende, Resende, Ponte Nova e até o visconde de Ouro Preto, dentre outros.<sup>36</sup>

A essa lista de parentes, pode-se acrescentar também, com destaque, o barão de Alfenas, pouco indicado claramente como familiar do visconde do Rio Preto, mas um vulto importante, apesar de indireto, no trágico acontecimento descrito como “a história da maior rebelião escrava que ocorreu nas Minas Gerais, nas fazendas da família Junqueira, localizadas no curato de São Tomé das Letras, freguesia de Carrancas e comarca do Rio das Mortes. O processo-crime foi instaurado a partir da denúncia de Gabriel Francisco Junqueira, futuro barão de Alfenas, em virtude das mortes de seus familiares, executadas pelos escravos”.<sup>37</sup>

Conhecido como **Levante da Bela Cruz**, nome da propriedade onde a família de um dos filhos do futuro titular foi chacinada, no ano de 1833, este foi o acontecimento, que, pelo prestígio da fazendeirada envolvida, permitiu criar dentro de toda esta parentela e seus aliados, vizinhos e conhecidos, por todo o largo espaço geográfico que eles estavam estabelecidos, o rastilho de um temor real de revoltas de escravos, muito maior e mais próximo que qualquer outro fato de igual motivação, ocorrido dentro ou fora do território do Império, para servir de alerta e direção para uma nova e mais segura maneira dos fazendeiros conduzirem seus escravos.

Também foi este fatídico crime, que ficou como algo lendário, mas vivo no subconsciente coletivo dos descendentes das primeiras gerações dos antigos fazendeiros de café, independente de qual rede familiar na realidade eles estivessem integrados, mas como fato real ocorrido com os próprios familiares, quando, na realidade, nem eram necessariamente parentes dos que foram assassinados, pois os derradeiros contadores deste caso, ainda nos fins do século XX, recordavam pela tradição oral de uma nebulosa chacina familiar por negros enfurecidos, em que somente uma única criança escapara, ou nos braços de uma escrava, ou por ter rolado para o chão entre uma cama e parede.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> Mendes, António Ornellas & FORJAZ, Jorge. Famílias das Quatro Ilhas – Dislivro (Lisboa) – 2009. 26 TAUNAY, Afonso. História do café no Brasil;

<sup>37</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de Andrade. Negros rebeldes em Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833) – in [www.acervos.usfj.edu.com](http://www.acervos.usfj.edu.com)

<sup>38</sup> MATTOS, José Américo Junqueira de. Levante da Bela Cruz; Revista da Asbrap; São Paulo; vol. 9; pp. 67; 2002.



## Os mestiços Teixeira Leite, suas pinturas, amizades e fotografias reveladoras

Sabem os genealogistas e pesquisadores um pouco mais experientes que, muitas vezes, as informações contidas nos livros paroquiais dos séculos XVIII e XIX podem dar pistas acerca de outros elementos que não os apenas expressamente declarados. Os elementos da redação assim como a caligrafia de muitos assentos podem variar de acordo com a importância social e financeira da família. É possível, de antemão, esperar que um registro de casamento do livro de cativos seja escrito de forma mais descuidada e menos legível do que um dos livros dos livres.

Em 1874, quando, em Vassouras, ocorreu um casamento notável pelo prestígio da família do noivo, que era da Corte, o pai do noivo e padrinho, antigo mordomo-mor do Paço, sendo representado pelo filho e irmão, era ligado às mais altas finanças do Império, o padre celebrante, parecendo adivinhar que o casal iria ser um dia titulado com um viscondado pelo rei de Portugal, caprichou na redação e letra, tratou de incluir um detalhe diferente de todos os termos de assentos da freguesia: *“sendo previamente confessados, dias antes em minha presença, o vigário Monsenhor Antônio Rodrigues de Paiva Rio e das testemunhas abaixo assinadas e de muitas pessoas presentes, às 2 horas da tarde, antes do sol posto e se receberam...”*.<sup>39</sup>

No ano seguinte casou-se a filha dos barões de Vassouras, e neta dos barões de Itambé, D. Cristina Teixeira Leite com o dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, futuro visconde de Taunay; monsenhor Antônio de Paiva Rio também redigiu o assento, mas com menos um pouco de entusiasmo poético do que o do termo do casamento do ano anterior, pois deixou de mencionar se o sol estava ou não posto... Deste casamento, considerado farto e faustoso na memória deixada, sabe-se que um empregado do pai da noiva desviou alimentos e bebidas da festa e pôde abrir uma venda e, com isso, depois enriquecer. Contava uma neta do casal de noivos, que a viscondessa de Taunay, já velhinha, quando indagada de suas lembranças acerca dos festejos de seu casamento, recordava, rindo, o assombro que foi o *“alto preço pago por um convidado que era careca, pelo penteado que lhe fez um cabeleireiro francês que veio especialmente da Corte para os festejos...”*.<sup>40</sup>

Afora a leitura das entrelinhas dos assentos e da preservação das lembranças familiares pela tradição oral, para enriquecimento da memória histórica e real das antigas famílias, também a observação e análise combinada dos nomes dos integrantes das linhas genealógicas com seus locais de nascimento e mais fatos da história dos lugares, pode revelar dados muitas vezes surpreendentes.

Mulheres que nasceram ou viveram na capitania das Minas Gerais no período da mineração, cujas linhas de ascendência por via materna têm os termos da cadeia de elos interrompidos a partir de certo ponto, são talvez, mercê da absoluta falta de mulheres brancas naquela região à época, descendentes de avós ou bisavós de identidade considerada como menos apreciável, aos olhos dos antigos linhagistas e da população do Antigo Regime: muito provavelmente tais senhoras eram filhas de mulheres então classificadas como pardas ou negras, geralmente africanas, ou filhas mestiças e bastardas de portugueses e negras.<sup>41</sup>

<sup>39</sup> Arquivo da Matriz de Vassouras. Livro de Casamento nº 2 – pp. 164 verso e 165. Casamento do dr. João Carlos Mayrink e D. Rosa Furquim Werneck de Almeida. Testemunha João Carlos Mayrink, representado por seu filho, Francisco de Paula Mayrink. Cópia por José Marcelo de Alcântara Pinto; Arquivo do Autor.

<sup>40</sup> GUIMARÃES, Cecília Taunay Leite – Depoimento pessoal ao autor, Rio de Janeiro; 1999.

<sup>41</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. – Depoimento pessoal ao autor – Petrópolis – circa de 1988.

Pedro Nava ridicularizava o cuidado racista de estudiosos das próprias genealogias afirmando que não obstante a existência de áreas como a das Minas Gerais, consideradas desta forma “zonas etnicamente perigosas”, onde o padrão acima descrito podia ser recorrente, bastava lembrar-lhes que “no Brasil, os quatrocentões de São Paulo, das Minas, do Rio de Janeiro, da Bahia e Pernambuco andam aí pelas treze gerações e portanto, pelos dezesseis mil trezentos e oitenta e quatro – que os probans reduzem a mil e seiscentos e pico. Mil e seiscentas oportunidades de entrada de índio, negro, judeu no sangue da península (Ibérica) – que, aliás, já chegou aqui também tendo seu ranço de mouro e seu bodun de africano”<sup>42</sup>.

Um destes casos pode ser o da linhagem que se extingue numa das avós da pernambucana Mariana de Souza Monteiro, casada em São João del Rey, aos 13 anos de idade com um marido luso, de 52 anos. Dona Mariana, citada como brasileira nas antigas genealogias da família Teixeira Leite por ser a avó materna de Francisco José Teixeira, o barão de Itambé, o patriarca da grande e poderosa irmandade Teixeira Leite, nascidos de seu casamento com Francisca Bernardina do Sacramento, filha do sargento-mor José Leite Ribeiro, rico minerador de São João del Rey.

O casal passou para a região da vila de Vassouras no rastro do irmão de Francisca Bernardina, o barão de Ayruoca, um empreendedor que tinha sua imagem emoldurada e venerada nas casas e fazendas da região, pela estima popular que lhe devotavam. Esta famosa irmandade, embora se autoatribuisse em suas crônicas familiares a respeitosa identidade de banqueiros, era, na verdade, constituída de capitalistas e prestamistas, aí incluindo os órfãos e as mulheres viúvas da família, como D. Ana Jesuína Leite Ribeiro. Posteriormente, em 1858, a irmandade se reuniu e estabeleceu profissionalmente com a fundação da Caixa Filial do Banco Comercial e Agrícola e, posteriormente, com a casa comissária Leite e Irmãos, Leite e filhos.



Litografia de Custódio Ferreira Leite,  
Barão de Ayruoca.

<sup>42</sup> NAVA, Pedro – Baú de Ossos – pp. 185.

Dessa matrona ancestral, a nordestina D. Mariana de Souza Monteiro possivelmente pode ter sido de onde lhes veio a herança racial africana, perceptível em muitos de seus retratos, herança esta inspiradora da seguinte charada declamada aos risos pelos vassourenses, às costas da ilustre família de banqueiros:

*Vendi secos e molhados;  
Vendi farinha e azeite;  
Sou branco de três costados,  
Tenho café no meu leite:*

Outra neta paterna dos barões de Itambé, Eufrásia Teixeira Leite foi uma personalidade fruto da cultura do café fluminense, notável pela fabulosa fortuna que conseguiu amealhar ao longo de sua vida e que pretendia deixar, inicialmente, como legado para o papa ou uma ordem religiosa em Roma. Herdeira rica e voluntariosa, tinha um gênio áspero e muito reservado. Era extremamente retraída com quem ela não achasse ser de sua igualha.

Financista notável, sumamente avarenta e desconfiada, recusou, indignada, a proposta do casamento que lhe foi feita – e também à sua irmã – por meio de constrangimento emocional, pelo tio barão de Vassouras depois da morte de seu pai. O tio barão queria casá-las com os primos-irmãos, seus próprios filhos, para que o capital familiar não saísse de seu controle. Assim, desconheceu a paixão que tinha Eufrásia, na época, por um professor primário de Vassouras, pobre, e o problema físico de sua irmã Francisca, que estava destinada a não gerar filhos graças à bacia que se rachara em seguimento a uma queda de cavalo, já que, grávida, corria risco de vida<sup>43</sup>. Da mesma maneira que, por ser desconfiada e independente, preferiu não se casar com Joaquim Nabuco...

Em Vassouras, quem lhe tomava conta dos pequenos negócios e arranjos da chácara famosa que possuía, sempre fechada durante as longas temporadas passadas na Europa, era um primo materno, o coronel Júlio Correia e Castro, o Julico. Duma feita, estavam ela e ele percorrendo o grande roseiral da chácara, onde trabalhava um negro idoso. O coronel Julico chegando perto com Eufrásia, tratou de apresentá-la ao velho jardineiro, que humildemente descobriu a carapinha toda branca:

*“Prima Eufrásia, este é o nosso tio..., que também é filho do vovô Campo Belo...”* A grande dama indignada, a que gabava ter sido a primeira mulher a entrar na Bolsa de Valores de Paris, esquecida da sua herança racial africana, do sangue que lhe corria nas veias e dos traços que trazia disfarçados na própria fisionomia, mas que certamente fingia não enxergar no espelho todos os dias de sua vida, fulminou com o olhar o preto velho que se curvara humildemente, e, virando-se para o primo, exclamou asperamente: **“cá para nós, nossos parentes eram uns porcos....”**<sup>44</sup> e deu as costas retirando-se para dentro de casa, de onde todas as tardes, invariavelmente, saía pela escada lateral, conforme o depoimento de uma prima sua, então jovem menina<sup>45</sup>, e filha de seu advogado, frequente nos costumeiros chás, marcados sempre com muita antecedência, e temperados com uma “conversa sempre maçante e enjoada”.

<sup>43</sup> LEITE, Octavio Teixeira – Depoimento pessoal ao autor; Rio de Janeiro; 1986.

<sup>44</sup> AFFONSO, Alberto de Mello – Depoimento pessoal ao autor; Vassouras; 1989.

<sup>45</sup> SILVA, Maria Luisa Fernandes da – Depoimento pessoal ao autor; Vassouras; 1978.

<sup>46</sup> SCHMIDT, Judith Alves – comentário presenciado pelo autor, em conversação com sua avó materna. Niterói, cerca de 1970.

<sup>47</sup> SILVA, Maria Luisa Fernandes da. idem, idem

O lanche terminava invariavelmente com a dona da casa levantando da mesa com um pedaço de pão de ló na mão, para dar para um burrico de estimação que tinha solto na Chácara. Descia os degraus toda sorridente, exibindo a mesma dentadura toda frouxa, que, depois de sua morte, as freiras que zelavam pela Chácara da Hera, expunham com destaque, dentro de um prosaico copo de água<sup>46</sup>.

O burrico, quando via sua benemérita, vinha célere, zurrando e batendo os cascos que sua dona não permitia que aparassem. Encantada e orgulhosa, ela alimentava o animal recomendando a quem estivesse perto: *“Ninguém pode montar no meu Cherry, eu tenho muito dinheiro, vocês têm que continuar tratando ele bem e dando o pão-de-ló dele toda tarde”*<sup>47</sup>. Daí, começou a lenda popular que ela havia deixado o burro como herdeiro, que até hoje persiste na boca dos ignorantes, bem como a expressão “burro tratado a pão de ló”, que as visitas, as parentas, os empregados da chácara e o povo vassourense, que reparavam na estranha distorção do afeto humano, gargalhavam debochados do disparate pelas costas da excêntrica anciã, exemplo vivo e real do conhecido bordão.



Foto de Eufrásia Teixeira Leite, jovem.



Foto de Eufrásia Teixeira Leite, senhora.

Dona Eufrásia Teixeira Leite, se foi bonita como querem seus admiradores e biógrafos, não são as fotografias que lhe afiançam a formosura, mas as pinturas que adornam as paredes de sua chácara. São retratos pintados por hábeis artistas europeus, cujas qualidades artísticas são bem diferentes daquelas dos pintores dos quadros de seus parentes, que ela, em testamento, ordenou ao primo Julico fossem *“recolhidos à casa da Chácara, que tenho na cidade de Vassouras, herdada de meus finados pais”*<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> LEITE, Eufrásia Teixeira. Testamento – pp. 14, verba XIII, 1930 ; Cópia no Arquivo do Autor.



Estes retratos familiares tornaram-se moda da burguesia do século XIX, com base em velha tradição das famílias reais europeias e da nobreza de corte, que se retrava primorosamente. Por extensão, virou hábito entre os fazendeiros de café, Afonso Taunay, também Teixeira Leite, primo de Dona Eufrázia, ao descrever os aspectos das casas de fazendas da região, já notava “os retratos a óleo serem os únicos quadros de tais salas. E que retratos geralmente! Que horrores! Que obras de pinta momos!”<sup>49</sup>.

Neto do barão de Vassouras, Afonso Taunay conviveu, pelo menos na infância e mocidade, com os “horrendos retratos, duros, secos, de personagens hirtos, sem fundo e sem transição de colorido, que se dependuravam as paredes dos salões nobres” (sic) faturados por “pintores de eniesima (sic) ordem, espanhóis, portugueses, italianos, franceses, e brasileiros, estes muito mais raramente, e com a volubilidade dos conceitos bajulatórios, e dos elogios próprios, estonteavam os figurões “esfaqueáveis”<sup>50</sup>.



Óleo sobre tela de Maria Francisca das Chagas Werneck, “a barbada”.



Óleo sobre tela Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, Baronesa de Itambé.

Decerto quando ele reclamava da qualidade das pinturas, podia ser que estivesse recordando, até assustado, as telas que vira nas fazendas e nas casas de Vassouras, como aquele estranho retrato da excêntrica Dona Maria Francisca das Chagas Werneck, a Werneck Barbada, pendurado numa fazenda em Massambará (São Luis de Massamarará – hoje “Fazenda de Cima”), e que o pintor Barandier, reza a tradição colhida, teve que esperar uma quinzena para que a barba negra ficasse encorpada, ao ponto de sair perfeita na pintura e no gosto da hirsuta retratada<sup>51</sup>.

<sup>49</sup> TAUNAY, Afonso. História do café no Brasil, pp.198

<sup>50</sup> TAUNAY, Afonso. História do café no Brasil, pp. 198.

<sup>51</sup> LEONI, Caio Werneck – Depoimento verbal recolhido através de conversa telefônica; Rio de Janeiro, cerca de 1988. Sobrinho-bisneto da retratada, ele tentou salvar, sem sucesso, a curiosa pintura para um museu do Rio de Janeiro.

Certo mesmo era ele estar se referindo ao grande par de retratos dos seus bisavós, barões de Itambé, exibidos na Chácara da Hera. Mas hoje, somente por meio destes quadros, pintados antes do advento da fotografia, é que se torna possível recuperar algo da aparência real das figuras tão curiosas e instigantes do período áureo da cafeicultura fluminense, uma das quais, a própria baronesa de Itambé, que foi eternizada sem nenhum atrativo de beleza, mas com os traços fisionômicos de uma mulher dotada de grande dureza e personalidade, que, diante do drama recaído sobre a casa de um irmão de seu marido, cuja mulher o envenenara por amor de um feitor “*mulato e bonito*”, não hesitou em recolher-lhe as filhas, para casá-las com seus próprios filhos, livrando-as assim do estigma advindo da mãe adúltera e criminosa.

As meninas foram morar em companhia dos tios, e segundo o relato de uma sua descendente, “*A vovó Itambé se afeioou muito às mocinhas. Receando que elas não conseguissem bom casamento, por causa do crime materno, pediu ao seu primogênito, José Eugênio, que desposasse sua prima Maria Guilhermina. Outro filho seu, Antônio Carlos, casou-se com a Umbelina. Ambos foram felizes e tiveram boa descendência, do último casal é que veio a baronesa de São Geraldo*”.<sup>52</sup>

## Um benemérito Correia e Castro, e sua mucama Joaninha, relegados ao esquecimento por afrontas à família e ao povo vassourense

O arquipélago dos Açores, com suas nove ilhas de civilização portuguesa no meio do Oceano Atlântico foi um verdadeiro celeiro humano que ajudou a compor parcela importante da civilização fluminense, em especial a do Vale do Rio Paraíba do Sul, onde deixaram uma forte influência na arquitetura das fazendas, das igrejas e prédios públicos, além de uma série de costumes, dizeres e devoções. Locais como as antigas freguesias de Sacra Família do Tinguá, Nossa Senhora da Conceição do Paty do Alferes, Santa Ana do Piraí, São João Marcos, dentre outras, foram povoadas com imigrantes chegados diretamente das mais diversas ilhas açorianas, onde eram comuns dentre outros, os sobrenomes Silveira, Dutra, Goulart, Freitas, Homens, Vargas, Gomes Leal, Pimentel, Cardoso, Brum, Terra, Pereira, Lacerda, em todas as variações e gradações sociais.<sup>53</sup>

Assim foi que da Ilha da Graciosa<sup>54</sup>, da freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe, do bispado de Angra, passaram à capitania de Minas Gerais, o casal André Martins de Castro e sua mulher Maria Espíndola da Fonseca. Uma neta deste casal, D. Páscoa da Ressurreição e Castro, nasceu na freguesia de Mariana, Minas Gerais e, ao casar com Domingos Corrêa Rabelo, ambos deram início à numerosa família Correa e Castro, que depois se deslocou para as terras da sesmaria do Pau Grande, onde com a prosperidade do café se alocaram, posteriormente, na freguesia de São Sebastião de Ferreiros, onde foram estabelecidos como proprietários, dentre outras, da fabulosa Fazenda do Secretário que foi louvada pelo escritor francês Charles de Rybeirrolles como um latifúndio deslumbrante, o que ficou constatado pelas imagens do fotógrafo Victor Frond.

<sup>52</sup> LA ROCQUE, Emília G. de. Gente de minha vida. Vozes; Petrópolis; 1977; pp. 27.

<sup>53</sup> N.A - Em outros pontos do território brasileiro, diferente da região do Vale do Paraíba, mesmo com a grande evidência do legado arquitetônico açoriano espalhado por cidades diversas, esta presença é muito mais destacada e estudada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais.

<sup>54</sup> TRINDADE, Cônego Raimundo. Genealogias da Zona do Carmo. (Belo Horizonte); 1943; pp. 265.



Família de alguns titulares do Império e outros personagens notáveis, os Correa e Castro contaram dentre seus integrantes, os barões de Tinguá e Campo Belo, opulentos fazendeiros, e também o irmão mais velho e solteirão, mais menos conhecido e citado nas crônicas do apogeu cafeeiro.

Próspero fazendeiro, o comendador José Correa e Castro foi grande benemérito da matriz vassourense, de cuja irmandade de Nossa Senhora da Conceição, foi juiz em 1836, ocasião em que estando presente numa reunião *“propôs que visto não chegar a subscrição que se havia feito para a compra de uma Custódia, que ele se oferecia a pagar a quantia de 688\$349 preço da mesma”*.<sup>55</sup>

Era tão rico, que *“mantinha escolas para os seus escravos e uma belíssima banda de música, da qual se fala ainda hoje”*.<sup>56</sup> Por ocasião de sua morte, a 28 de novembro de 1846, segundo reza seu assento de óbito, *“o seu caixão fechado e próprio, foi acompanhado por todas as Irmandades da freguesia, com assistência de todos os sacerdotes, teve música e missa solene de corpo presente e encomendação”*, por fim foi *“sepultado em um carneiro no altar mor, sob uma campa de cantaria, no corredor ao lado do Evangelho próximo à porta lateral”* da Matriz de Vassouras, para a qual deixou um legado à padroeira, Nossa Senhora da Conceição, de 40 contos de réis, por Escritura Pública.

Melhor impressão da realidade humana de quem foi este vulto do passado vassourense conseguiu o general Lúcio Correa e Castro, genealogista e pesquisador, que anotou em seu caderno de pesquisas de campo a curiosa informação da tradição oral da família, que vai aqui transcrita, como prova do valor das cadernetas de lembranças como uma maneira de se iluminar um pouco a lembrança sobre um vulto do passado e imaginar o motivo dele ter sido tão esquecido: *“As fazendas da Bela Vista, Santa Maria e Tetéia foram desmembradas da Fazenda do Secretário.*

*A Tapera ficava entre Vassouras e a de Santo Antônio e Castro. A Tapera tinha boa casa, Antônio Batista Correa e Castro ao casar-se recebeu como dote a Fazenda da Tapera. José Correa e Castro mandava tocar música ao cair da Ave Maria em revide à crítica que lhe faziam de tocar corneta. Era um espírito de contradição. Mandou empapelar sua sala de jantar, do **palácio** (grifo nosso) de Vassouras, com os funerais de Napoleão e os outros cômodos com outros assuntos. E quando o criticavam, respondia coma frase: a casa é minha ou sua?...Não usava travesseiros, supria-os com o cobertor enrolado. Quando ia a Vassouras levava sua mucama Joaninha.*

*Para revidar a crítica que lhe faziam mandava vestir a mucama com o traje de amazonas, cordão de ouro, chapéu e entrava com ela triunfalmente na cidade. Não tinha criação a não ser animais de sela. Guardava dinheiro debaixo do colchão. Era dotado de acentuado espírito de contradição....”*.<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> Irmandade de N. Sra. da Conceição. Vassouras, Livro do Compromisso – Cópia do original feita por José Marcelo de Alcântara Pinto, arquivo particular do autor.

<sup>56</sup> RAPOSO, Ignácio. História de Vassouras; pp.70.

<sup>57</sup> Castro, Lucio Corrêa e – Anotações - Informações de Maricota (Maria da Conceição Correa e Castro) Juiz de Fora, março de 1942 – Por gentileza de Rudy Mattos da Silva.

## Uma comerciante de escravos na sombra do trono, sua descendência negra e o casamento malgrado de seu neto, o tucano do Paraíba

Comerciante de grosso trato, segundo a expressão da época, e estabelecido solidamente no Rio de Janeiro, Braz Carneiro Leão teve, pela prosperidade de seus negócios no tráfico negreiro, um invejável e fácil acesso para si e seus parentes às benesses do regente e futuro rei Dom João VI. Assim é que quando o viajante e escritor Auguste de Saint-Hilaire passou, em 1822, pela vila de Valença, notou que, mesmo tendo o opulento comerciante falecido em 1808, dois de seus genros eram proprietários de extensas sesmarias na região.<sup>58</sup>

Só um deles, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, futuro marquês de Baependi, que começara sua vida como administrador da Fazenda Barra Longa, propriedade do conde de Linhares, em Minas Gerais, recebera como concessões territoriais nada menos que 10.800 alqueires de terras, ou seja, quase 540 quilômetros quadrados. Terras estas que foram sendo, ao longo do tempo, partidas e vendidas a diversos outros lavradores, algumas com as fazendas bem montadas e em pleno funcionamento, como as que foram adquiridas ao longo do Rio Preto, nos limites com Minas Gerais, pelos futuros barões de Santa Justa e Santa Fé, tio e genro-sobrinho naturais de Vassouras.

Sua viúva, a marquesa de Baependi, mulher de fisionomia enérgica e “*um ar característico de desdém aristocrático*”, estabeleceu-se por longos anos na região do Desengano, hoje distrito de Barão de Juparanã. Ela que “*não gostava de relações*” com o populacho, vivia recolhida em sua casa, tal uma senhora feudal, com capelão e médico particulares, que “*eram seus, só seus*”. O capelão, que ouvia “*como um oráculo*” celebrava missa “*todos os dias, às 8 horas da manhã*”, que a fidalga assistia “*sempre acompanhada dos filhos e das numerosas mucamas*”.<sup>59</sup>

Para prosperidade de suas terras, após a instalação de uma estação da Estrada de Ferro de Dom Pedro II, achou a marquesa por bem, e para conveniência do público, dividir em pequenos prazos o seu terreno adjacente à estação, e em alguns deles fez edificar diversos prédios para habitação.

Por sua morte, estes prédios passaram, por legítima materna, a seu filho Manoel Jacinto Carneiro Nogueira da Gama, futuro barão de Juparanã, alcunhado pejorativamente em razão de seu nariz adunco, o *tucano do Paraíba*. Este, inspirado nos ideais de sua mãe, “*e achando por bem se pudessem congregiar os fiéis para os exercícios do culto divino, continuou as empreitadas de sua mãe, e iniciou a construção de uma suntuosa capela sob a invocação de N. Sra. do Patrocínio*”.<sup>60</sup>

Mas antes de completar a obra faleceu o barão de Juparanã, “*deixando para o patrimônio da capela todos os demais terrenos que possuía na referida povoação, com exceção dos sítos à margem direita do córrego do Desengano*”.<sup>61</sup> Essa doação, bem como a que o falecido havia feito aos seus 24 filhos naturais, havidos com suas escravas, tiveram as suas execução proteladas por *démarches* processuais do testamenteiro e irmão do falecido, o também barão de Santa Mônica, que no meio do processo se encontrava em situação de insolvência, com bens hipotecados, o que ensejou a publicação de um folheto destinado a “*ser entregue ao Imperador, e para ser distribuído no município de Valença, no dia 21 de fevereiro de 1885, sendo a tiragem de 10.000 para diversas distribuições em dias festivos e de*

<sup>58</sup> Taunay, Afonso. História do café no Brasil, vol. 9 pp. 181.

<sup>59</sup> Taunay, Afonso de E. História do café no Brasil, vol. 9 – pp. 172.

<sup>60</sup> TESTAMENTO do Barão de Juparanã e Escripura de Hypotheca do Barão de Santa Mônica – Segunda Edição; Typ. De Santa Rosa; Freguezia de Santa Thereza; 1885; pp. 9.

<sup>61</sup> idem, idem, idem.

*gala, especialmente por ocasião de reuniões políticas e eleitoraes do mesmo município”,<sup>62</sup> o que pelo teor das acusações nele contido, era uma evidente forma de vexar os barão de Santa Mônica, e conde Baependi. O barão de Santa Mônica é acusado de “sua prepotência sobre os negócios da capela, de que ilegalmente tem feito uma dependência de sua fazenda, assim como tem procurado fazer desta povoação um feudo dos seus domínios”.<sup>63</sup>*

Fascinante neste folheto é a revelação das contradições pessoais existentes na família da marquesa de Baependi, e como funcionava a hipocrisia social de seus filhos, que acrescentaram com fartura à genealogia de seu pai, um Grande do Império, e a do avô, um grande traficante de escravos, uma “rapaziada afidalgada”. A condição de Grande do Império do avô, marquês de Baependi, daria a todos eles, se reconhecidos como filhos, embora mestiços, o direito de integrantes da nobreza não titulada brasileira, com todas as prerrogativas e privilégios que gozavam os descendentes dos aquinhoados com as Honras da Grandeza.

O barão de Juparanã morreu solteiro e declarou em seu testamento que nessa condição “*não (tinha) herdeiros forçados*”. Mais adiante, estipulava dividir a Fazenda de Santana por seus “protegidos”, que, entretanto, no folheto, são apontados como seus filhos, “*sobrinhos do Conde Baependy, e netos do Marquez, e cujas identidades são reconhecidas pelo testamenteiro, como também o parentesco, em uma petição que se encontra junto aos autos acompanhada de uma relação por letra do próprio punho do Barão de Juparanã, dos nomes, e datas dos nascimentos daqueles protegidos, em número de vinte e quatro. Ao todo, eram “24 mulatos baios, compridos, magros, e alguns escuros, sobrinhos do Conde de Baependy!!!”<sup>64</sup>*



**Litografia de Braz Carneiro  
Nogueira da Costa e Gama,  
Conde e Baependy.**

<sup>62</sup> idem, pp. 28.

<sup>63</sup> idem, pp. 8.

<sup>64</sup> idem, pp. 11.

O conde de Baependi teria desistido do legado em usufruto que lhe tinha destinado o irmão por estar envergonhado perante o imperador com a revelação dos herdeiros do irmão (ou humilhado com a pequena monta financeira de seu legado?); nesse sentido, reporta o folheto que, ao ir a Valença assinar sua desistência em favor do neto, teria na ocasião confidenciado a um amigo: *“Já viu você que arma tem o J.R. para nos fazer acusações pela imprensa! Que arma forte tem ele para nos desmoralizar perante o IMPERADOR!! O que dirá SUA MAJESTADE quando ler este testamento? Que vergonha, meu Deus!! Isto não é de fidalgo....”*<sup>65</sup>

Depois de terminadas as obras da capela, houve a inauguração festiva, a 14 de fevereiro de 1881, com a presença do imperador, a convite do barão de Santa Mônica. Nesse dia, pesou a mão do destino na vida do irmão do anfitrião, pois, para entristecer a sua festa, *“faleceu afogado no Rio Paraíba, Pedro Henrique da Silva, filho do Conde de Baependi e da preta africana Isabel Congo”*. Esse filho do conde de Baependi era *“pernóstico e tinha fama de “bamba” na zona”* (do Desengano). Além dele, morava também na Fazenda Santa Mônica *“a fula Amélia Mateus da Costa, filha natural do Conde de Baependi e da preta Maria da Conceição”*.

E para compreensão da qualidade do caráter do fidalgo Baependi, fundador da Santa Casa de Misericórdia de Valença e seu primeiro provedor, o folheto informa que ele e o irmão Juparanã tinham uma inimizade mútua e permanente, que durou até os últimos momentos de vida, porque Baependi teria sido o responsável pelo celibato do irmão. Incumbido de pedir para Juparanã, em casamento, a mão da filha dos condes de Carapebus, Ana Neto dos Reis, Baependi preferiu fazer o pedido em nome do próprio filho, o dr. Manoel Jacintho, *“prevenindo aos pais da moça da pretensão de seu irmão e fazendo saber a estes que o dito seu irmão tinha na sua fazenda um serralho!!”*<sup>66</sup>

E o famoso serralho era integrado por personalidades interessantes de mulheres negras, como Manoela, *“criola retinta, que teve quatro filhos”*, Floriana, *“bem fula, (que teve 10 filhos!!!)”*; Emília, *“crioula meio fula, que teve 5 filhos”*, Geralda, *“ligeira e espevitada, creola de vida folgada, dansadeira e que teve 2 filhos”*. Havia ainda escravas vindas de outras fazendas, como a preta Isabel, ama de leite dos dois irmãos desafetos, tendo o barão de Juparanã chegado a citá-la em seu testamento. O autor do folheto dá notícias de que ainda vivia *“lá pelos cantos das senzalas da fazenda santa Ana, abandonada, cheia de bichos e quase cega!”*; complementa a notícia sobre a pobre coitada, cutucando o conde de Baependi, que tinha raízes familiares em São João del Rei, insinuando ela também ser sua parenta: *“É no entanto uma fidalga de sangue azul da raça de São João del Rey”*.<sup>67</sup>

Onde andarão hoje, passadas tantas décadas do apogeu da cultura fluminense do café, estes descendentes do poderoso negreiro Braz Carneiro Leão, pelos seus netos Baependi e Juparanã, já que a *“maior parte deles”* teria *“morrido de tísica”*, e houve até uma órfã, neta menor do barão, a qual, foi novamente tornada escrava pelo tutor nomeado judicialmente? E os descendentes daqueles que não foram citados em testamentos, e, muitas vezes, negros vendidos por negros na África, tornados, com as mortes de seus senhores, escravos de outros ex-escravos? Mais esquecidos ainda...

Enquanto a genealogia não vem séria, temos só a informação do historiador Leoni Iorio, que nos diz que, por volta de 1950, *“remanescentes da descendência fidalga do barão de Juparanã, lá estão ainda, zelando por um passado memorável, na pacata Desengano, a velha Dona Sarah e descendentes”*.<sup>68</sup>

<sup>65</sup> idem pp. 6.

<sup>66</sup> idem, idem, idem.

<sup>67</sup> idem, pp.15.

<sup>68</sup> IORIO, Leoni. Valença de Ontem e de Hoje; Jornal de Valença; Valença; 1953 – pp. 191.